

Cartas de comércio do século XVIII: visão documental a partir de uma edição diplomático-interpretativa

Letters of commerce of century XVIII: documentary vision from a
diplomatic-interpretative edition

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v5i2.25097>

Juliana Pereira Guimarães

Licencianda em Letras: Português-Espanhol pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Preparação de plano de curso, plano de aula, de material didático; Minистраção de aulas. Atuou como professora voluntária de Língua Espanhola e Língua Inglesa no PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO ESPERANÇA, localizado na Ilha do Governador. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) - CAPES. Bolsista do Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras- UFRJ. Bolsista voluntária do Departamento de Letras Neolatinas. Detentora do Prêmio Acadêmico de Menção Honrosa com a pesquisa intitulada: "PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DE SETECENTOS: A CARTA DE COMÉRCIO COMO FONTE DOCUMENTAL", na 8ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ.

E-mail: julianaguimaraess@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0260-5858>

RESUMO

O presente artigo mostra a pesquisa, em fase inicial, a qual focaliza um tipo de fonte documental não literária, tendo em vista a capitalização de conhecimento sobre o português de setecentos: a carta de mercadores, situada, em termos de taxonomia tipológica, na esfera da administração privada. Constata-se, ainda, no entanto, o campo do *ignoramos* no que se refere ao período. Os *corpora* selecionados, transcritos com rigor filológico, de acordo com os parâmetros de um projeto mais amplo, o PHPB, é uma contribuição para iluminar, pois, uma fase linguística de transição. Tenciona-se exemplificar, de forma preliminar, peculiaridades paleográficas do tempo, vigentes na compilação e contextualizadas em fatores sócio-históricos. Caracteriza-se, por fim, o rotulo “carta comercial” de acordo com suas especificidades filológicas, discursivas e textuais, bem como as categorias “mãos hábeis / mãos inábeis”, quanto ao desempenho dos missivistas, em função, também, de identidades linguísticas dos textos.

Palavras-chaves: Português de setecentos. Edição diplomático-interpretativa. Carta de mercadores. Paleografia. Inabilidade na escrita.

ABSTRACT

This article shows the work in the initial phase, which focuses on a type of source not literary documental in order, the capitalization of knowledge about Portuguese of 700: the merchants' letter situated in terms of typological classification, in the sphere of private administration. Notes, however, the field of ignored as regards the period. The selected *corpora*, transcribed with philological rigor, according to the parameters of wider Project, PHPB, is a contribution to illuminate a linguistic phase of transition. This search intends to demonstrate preliminarily palaeographic peculiarities of time in effect in compiling and contextualised in social-historical factors. It characterizes, the label “business letter” according to their specific characteristics, philological, textual and discursive as well as the categories “Skilled hands/ awkward hands” depending on the performance of authors, and the function of linguistic identities of the texts.

Keywords: Portuguese of seven hundred. Diplomatic-interpretative edition. Merchants' letter. Palaeography. Inability in writing.

Introdução

O português clássico é um período em que a língua estabelece uma proximidade com a Idade Moderna, visto que “normaliza as suas estruturas, fixa novos aspectos culturais, inicia uma reflexão linguística em *português* sobre o português, que se amplia fora da Europa”. (CASTRO, 2016, p. 136). Nesse sentido, faz-se relevante e necessário o estudo deste período, tendo em vista o início do pensamento reflexivo sobre a língua portuguesa, a partir da perspectiva de um falante nativo de português.

Na proposta de Galves (2007, p. 521), o período clássico compreende os anos de meados de 1500 a 1800. O português de setecentos é uma fase obscura da língua portuguesa, da qual se tem pouquíssimo conhecimento e situa-se entre o português clássico e o português moderno, consoante Castro (2016). Por tal motivo, o português do século XVIII constitui, portanto, uma fase linguística bastante relevante para os estudos da História da Língua Portuguesa.

Sob essa perspectiva, a referida pesquisa, a qual se iniciou em fevereiro de 2017, promoveu um estudo sobre o conhecimento do português de setecentos, a partir da análise discursiva, textual, linguística e filológica do gênero carta comercial, considerado o contexto sociopolítico, cultural e linguístico da época. Certamente, “a carta é um dos gêneros mais importantes para a história das línguas, pela sua suposta proximidade com a oralidade” (PESSOA, 2002, p. 197).

O trabalho ampara-se nos pressupostos da Filologia, que, em virtude de seus conceitos e propriedades, define-se, na tendência contemporânea, como o “estudo global de um texto, ou seja, a análise exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto: linguísticos, literário, crítico-textual, sócio histórico, etc.” (CAMBRAIA, 2005, p. 18). Nesse sentido, buscou-se a aplicação desse estudo nos *corpora* em questão.

Os *corpora* da pesquisa compõem-se de cartas fac-símiles (amostra em construção) que possuem o grau zero de mediação, consoante Cambraia (2005). Não obstante, essas cartas são lidas atentamente, e utilizam-se recursos como inferência, consulta a normas paleográficas e documentos de natureza metalinguística: os dicionários e as gramáticas. A partir da transcrição dos *corpora*, realiza-se a edição diplomático-interpretativa, a qual possui “grau médio de mediação”, em virtude das intervenções sinalizadas e uma interpretação do filólogo.

O estudo baseia-se na análise de informações de natureza paleográfica, que visam a “compreensão da leitura das fontes” (CAMBRAIA, 2005, p. 24):

Classificação da escrita, localização e datação; descrição sucinta de características da escrita, a saber: morfologia das letras (sua forma), o seu traçado ou ductus (ordem de sucessão e sentido de traços de uma letra), o ângulo (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita), o módulo (dimensão das letras em termos de pauta) e o peso (relação entre os traços finos e grossos das letras; descrição sucinta do sistema dos sinais abreviativos empregados na referida escrita; descrição dos outros elementos não alfabéticos existentes e de seu valor geral: números, diacríticos, sinais de pontuação, separação vocabular intralinear, paragrafação, etc; descrição de pontos de dificuldade na leitura e as soluções adotadas.

A partir da proposta de Marcotulio (2012), estuda-se as partes constitutivas da carta, tendo em vista que constitui um gênero com seções variáveis. A carta sofreu mudança, pois no século XVI possui certo teor público, entretanto no século XVIII recebe um valor de documento privado. A carta em Portugal como um dos documentos ligados a Formação do Estado Português “está diretamente relacionada com a criação do tabelionato e a chancelaria, instituições básicas na formação da administração e burocracia portuguesas” (PESSOA, 2002, p. 200). A carta comercial permite que se analise, não somente, relações econômicas, financeiras, mas também relações de intimidade entre os missivistas. No século XVIII, utiliza-se o gênero epistolar com diversas finalidades, bem como transmitir uma informação e/ou acontecimento pessoal, comercial, social, político, econômico, e/ou realizar um pedido. O que se vê nas correspondências entre Antonio Esteve Costa e sua rede clientelar.

Busca-se a identificação e caracterização das mãos inábeis, em português, ou na versão francesa, *scripteurs maladroits*, nesses manuscritos, com base na pesquisa de Marquilhas (2000), que se debruça para a configuração das mãos inábeis nos manuscritos e nos estudos de Claire Blanche – Beneniste. Portanto, busca-se salientar as falhas das mãos inábeis, a partir de informações linguísticas e paleográficas a fim de diferenciá-las das mãos hábeis, como também as semelhanças entre os textos das mãos inábeis. Investiga-se a caracterização física do produto realizado pelo inábil, segundo as características propostas pela paleografia italiana.

Barbosa (2017) pondera que a inabilidade na escrita alfabética, portanto, não é, em si, questão histórica de língua e de oralidade, como também não está relacionada à aquisição de língua falada ou, necessariamente, ao nível sociocultural do redator. Sendo assim, as marcas de inabilidade não se vinculam a uma determinada época ou lugar, dito que a maioria é atemporal.

Esse trabalho inicia-se com considerações e revisões teóricas sobre a importância do português de setecentos. Posteriormente, apresentam-se os procedimentos metodológicos: paleográficos, textuais e discursivos com seus respectivos comentários. E, ao final do trabalho, termina-se com as conclusões e as referências.

1. Da importância do português de setecentos

Em relação à periodização do português, Galves (2007) propõe uma reavaliação das periodizações tradicionais a partir dos pressupostos subjacentes às noções de Língua-I, Língua-E e “competição de gramáticas”. Desse modo, busca interpretar os comportamentos variacionais observados nos textos no curso da transição de uma gramática para outra. Segundo a autora, as fontes documentais seriam “amostras” da Língua-E de uma época, pois, em um determinado período, os falantes/escritores de uma comunidade linguística compartilhariam a mesma Língua-I, a competência mental que permite a eles o uso da língua, instanciado em textos. Na perspectiva de Galves (2007, p. 521) o português arcaico compreenderia os anos de 1200 a 1500 e o português clássico os anos de meados de 1500 a 1800, o moderno de meados de 1800 a 1900.

O português clássico inaugura-se no ano de 1536 com a impressão da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, de acordo com Castro (1991). Trata-se de um período em que a língua estabelece uma proximidade com a Idade Moderna, visto que normaliza as suas estruturas, fixa novos aspectos culturais, inicia uma reflexão linguística em português sobre o português, que se amplia fora da Europa, ocorre o início do pensamento reflexivo sobre a língua portuguesa, a partir da perspectiva de um falante nativo de português. Diante disso, especialistas dedicaram-se a estudar esse período, como Teyssier, Epiphanyo Dias, Castro, entre outros.

A importância do português de setecentos decorre da premissa de que faltam, ainda, estudos suficientes que nos permitam demarcar seriamente o português desta fase, em especial, do século XVIII, de acordo com Castro (2013). O recorte que, em especial, interessou à pesquisa se situa na transição entre o português clássico e o moderno, em fins de setecentos.

Nesse sentido, esse português consiste, pois, consoante Netto (2009, p. 34) um “terreno muito pouco percorrido e mapeado [...] com problemas e incógnitas remanescentes, com limitados documentos reportariados e filologicamente estudados, com debates interpretativos ainda por serem levados a efeitos [...]”. Portanto, o recorte que, em especial, interessou à investigação situa-se na transição entre o português clássico e o moderno, em fins de setecentos.

As nomenclaturas utilizadas para demarcar as fases em questão não são relevantes, pois, como afirma Mira Mateus (2003), as etiquetas atribuídas a cada fase ainda não têm grande rigor e “sofrem” mesmo de certa arbitrariedade. Advirta-se que as fases são dependentes e interligadas segundo Castro (2013), e há fenômenos antigos e modernos convivendo em cada um dos períodos.

Em relação ao português clássico, em especial dos séculos XVII e XVIII, Castro (1996, p. 17):

Quem o quiser estudar tem de resignar a fazer de cabouqueiro, desenterrando os seus documentos, peneirando os dados, organizando uma taxonomia inexistente e, se ainda tiver coragem e tempo de vida, formulando hipóteses interpretativas sobre fenômenos que ficarão à espera de um debate crítico. Os estudiosos privilegiam outras épocas históricas, ou outras linguísticas, que são menos dependentes de *corpora* textuais trabalhosamente construídos.

O estudo deste recorte é, pois, relevante, tendo em vista que, na visão de Castro (1991), entre o português clássico e o moderno se iniciou a separação do português europeu e brasileiro. Ademais, Callou (2007) indaga que a partir do século XVIII se pode começar a pensar na bifurcação das variantes continentais, ora em consequência de mudanças ocorridas no Brasil, ora em Portugal, ora, ainda, em ambos os territórios. Segundo Bechara (1995), o século XVIII tem contornos importantes para o historiador do idioma, pois começa a assinalar um maior afastamento entre as duas modalidades diatópicas, a europeia e a brasileira.

Callou (2007) acrescenta, por fim, que em alguns casos se pode recuar para o século XVIII (não para o século XIX) o período em que se implementou mudanças já ocorridas na língua portuguesa, tais como: o uso do artigo definido diante de nomes próprios (O João, A Maria), paralelamente a posposição do clítico (dê-me), e o uso do infinitivo (estás a fazer), em Portugal. Estes aspectos se configuram nas normas nacionais distintas.

Por outro lado, Marquilhas (1991) defende que “no século XVIII se passa a proclamar e consequentemente a fortalecer a existência de uma variedade padrão para o português”.

Justifica-se, assim, uma investigação para capitalizar conhecimento sobre o português de setecentos. Castro (1996) chega a dizer: “que é imperioso estudar mais extensamente o português clássico e a passagem para o moderno não precisa ser argumentado”.

2. Constituição dos *Corpora*

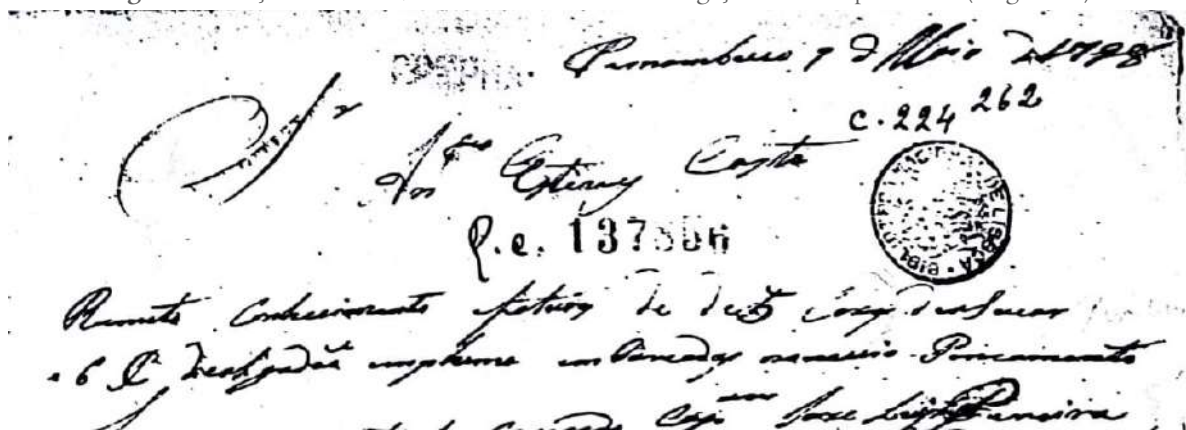
O português escrito oferece, pelo menos, dois tipos textuais interessantes para o conhecimento da língua do período clássico ao moderno. Castro (2013) ressalta que são os manuscritos autógrafos e os escritos de natureza metalinguística. À pesquisa interessa os manuscritos autógrafos, ou seja, os manuscritos que possuem assinatura do autor.

Os corpora da pesquisa constituem-se de onze¹ cartas fac-símiles, com um total de 14 páginas – três cartas têm duas páginas, amostra relativa a uns *corpora* mais amplo. Esses documentos foram encontrados na caixa de manuscritos de número 224 da seção “Reservados” da Biblioteca Nacional de Lisboa, pelo Professor Doutor Afrânio Gonçalves Barbosa, que trouxe cerca de 470 cartas catalogadas em cópias xerográficas e utilizou cerca de cem delas em seu doutorado. As cartas foram produzidas em diversos locais do Brasil, de Portugal e da África.

Os fac-símiles foram selecionados pelo Professor Doutor Luiz Palladino Netto, tendo em vista a multiplicidade de localidades, de missivistas e de traçados. A orientação geral foi que os documentos se limitassem a uma data de emissão próxima, às regiões brasileiras, portuguesas e africanas e que fossem de autorias distintas, em um recorte temporal, dos finais do século XVIII. A princípio, não se observou sistematicamente e quantitativamente nenhum fenômeno linguístico.

Os documentos levantados da BNL são catalogados, exclusivamente, nos fichários da própria biblioteca e apresentam um carimbo da biblioteca na parte superior do documento, ao lado direito, e também, anotações relativas ao número da caixa e da carta, geralmente acima do carimbo. Ao lado esquerdo, o número da carta com a menção à seção e a abreviatura RE. Observa-se, a seguir, um exemplo:

Figura 1 – Edição Fac-símile, com características da catalogação realizada pela BNL. (Fragmento).



Fonte: BNL (carta 10).

¹ Os *corpora* constituem-se uma amostra em construção, no ano de 2017. No ano de 2018, os *corpora* foram ampliados para 30 cartas fac-símiles.

Caracterização dos *Corpora*

No tocante as tipologias textuais, nota-se que, se não há igual “consenso” operacional, como o que envolve a proposta de Greenberg, ao menos alguns parâmetros de classificação estão melhores difundidos, como afirma Barbosa (1999).

O autor propõe a distinção entre “documentos literários e documentos não literários” e define a carta cuja a escritura não vise o *belo* da literatura, enquadrada no “gênero epistolar.” Nesse sentido, na Linguística Histórica, o material nomeia-se de prosa não literária, relativamente homogênea e distensa de padrão cursivo, forma de escrita usada para objetivar acontecimentos práticos e diários.

Portanto, os *corpora* constituem-se de um tipo de fonte documental não literária, a carta de mercadores, situada, em termos de taxonomia tipológica, na esfera da administração privada.

3. Transcrição dos *Corpora*

Inicialmente, fez-se a leitura da carta, processo pelo qual se pretendia compreender, interpretar as informações contidas nos documentos, de dois aspectos: microestrutural e macroestrutural do texto. Em relação a leitura de um texto, Dell’ Isola (2001) afirma que:

Na leitura de um texto, o resultado da compreensão depende da qualidade das *inferências* geradas. Os textos possuem informações explícitas e implícitas; existem sempre lacunas a serem preenchidas. A leitora infere ao associar as informações explícitas aos seus conhecimentos prévios e, a partir daí, gera sentido para o que está de algum modo, informado pelo texto ou através dele. A informação fornecida direta ou indiretamente é uma pista que ativa uma operação de construção de sentido. [...] A inferência vai sendo construída à medida que leitores vão interagindo com a escrita.

A partir das concepções, experiências vividas e conhecimentos amplos e variados, foram possíveis a compreensão e a interpretação dos documentos, embora se deva considerar que nem sempre a inferência gerada conduz a uma compreensão adequada, uma vez que são muitos os elementos envolvidos nessa complexa rede, e que variadas são as possibilidades cognitivas de se lidar com as informações, para Dell’ Isola (2001).

Portanto, houve a necessidade de mediação do Professor Doutor Netto, o qual promoveu a antecipação de informações referentes aos textos, o acionamento de conhecimentos prévios que dizem respeito aos contextos social, histórico, político e cultural das regiões, como também a verificação de hipóteses que foram suscitadas sobre a ortografia, o léxico, a semântica e a sintaxe.

Após a leitura, se escrevia com letra cursiva em uma folha de caderno, o que se havia inferido sobre os textos ou as possibilidades que poderiam significar determinado grafema, palavra e abreviatura. O modo de transcrição baseou-se na proposta de Samara (2010): “linha por linha do documento, de forma corrida na página em que se transcreve, indicando a mudança de linha do fôlio por uma barra invertida, seguida do número dessa linha do fôlio, com a numeração do fôlio entre colchetes.”

Em seguida, os textos eram lidos conjuntamente com o Professor Doutor Netto, o qual comparava com a sua interpretação. Havia momentos em que as interpretações das ambiguidades divergiam. E, quando isso ocorria, buscávamos nos dicionários e enciclopédias da época em questão, na tentativa de realizar uma decodificação.

Na maioria das vezes, esses recursos de natureza metalinguística auxiliaram a solucionar a imprecisão de termos como: *Alqueires*: unidade de metrologia equivalente a cerca de 120 litros; *Barril*: unidade de metrologia variável, a equivalência de 25,9 kg (barril pequeno) a 290kg (barrica); *Tanoeiro*: é aquele que conserta e/ou fabrica tonéis ou barris; *Pipa*: unidade de metrologia equivalente a 440, 7 litros.

A importância da edição diplomático-interpretativa: princípios e normas de edição de manuscritos

A reprodução dos documentos, ou seja, a transcrição dos *corpora* foi elaborada em função de um perfil mais conservador, sem perder de vista a preocupação com o leitor contemporâneo. Tenciona-se, portanto, uma transcrição/edição das cartas de perfil diplomático-interpretativo.

De acordo com as Normas para transcrição dos manuscritos do século XVIII², a edição diplomático-interpretativa busca “um ponto de equilíbrio entre o desejo de indicar hábitos gráficos da época e o de oferecer um texto de fácil leitura para o leitor contemporâneo não- especialista”.

Nesse sentido, Cambraia (2005) pondera que a edição diplomático-interpretativa se baseia no *grau médio de mediação*, já que no processo de reprodução do modelo se realizam modificações: decodificações de sinais abreviativos, inserção ou supressão de elementos por conjecturas, dentre outras. O objetivo dessas operações é justamente facilitar a leitura do texto ao público menos especializado. Conforme os exemplos a seguir:

² Os critérios empregados resultam da combinação entre a orientação geral do Professor Doutor Ivo Castro e as “Normas para transcrição de documentos manuscritos” definidas pela comissão especial sob a presidência do Professor Doutor Heitor Megale do “Projeto Para a História do Português Brasileiro”.

De acordo com as normas do PHPB (1998), as abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura. No caso de variação no próprio manuscrito, a abreviatura será desenvolvida pela forma atual ou mais próxima da atual. Como na missiva escrita por NERY (1812): “[...] Escrevi a *Vossamerce* elheparticipei *oque* ha via Paçado² *oque* Contace³ *que* sahia em 6 de Setembro *oque* agora lhedigo *que* he em [...].”

Muitos vocábulos vinham sem fronteira vocabular e, de acordo com o PHPB (1998), não será estabelecida fronteira vocabular entre palavras que venham escritas juntas nem unidos os segmentos de uma mesma palavra que tenham sido grafados separadamente. Como em Banhos (1798): “[...] Amigo e *Senhor* , dezejolhe saude e felicidade aqui chegou Amulher ehuamenina emarido não. sei os ayustes que fizeraõ pois omarido não meti- nhaõ dito nada enaõ sei emque quer ocupar [...].”

A pontuação não era rígida ao final de frase ou em determinados contextos, porém havia autores que a usavam e os critérios adotados foram: a pontuação original foi rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, foi marcado [espaço] para a extensão de um vocábulo e [espaço] [espaço] para o intervalo de meia linha, exceto para os cabeçalhos e fórmulas de saudação e de encerramento, consoante o PHPB (1998). Como observa-se:

- [...] fasso² *vossamerce* estar emtregue, *oque* estimo. [espaço] Veio oter chegado, asua prezen sa³, asalvamento as 100,, Pipas e 4,, Barris de *Vinho* que por sua/ordem lhe carreguei em diversas , Embarcassoens , *oque* estimo muito [espaço] Sinto muito anoticia que *Vossamerce* me dá [...]. (BNL-Carta 9)

Dentre os *corpora*, três cartas possuem duas páginas e, para a segunda página, o critério foi: a mudança de página, a partir da segunda, será indicada colocando-se entre parênteses da seguinte forma: [2ª pág], como:

- [2 pág.] quanto for apurando Vou Comprando Caixas. e fique certo *que* não sahindo¹¹ em 6 de Setembro [...]. (BNL -Carta 1)

Em virtude do pouco conhecimento sobre o período, alguns segmentos não foram decifrados; por conseguinte, colocaram-se esses segmentos entre colchetes a indicação *ininteligíveis* em itálico, da seguinte maneira: [?] para grafemas; [*inint*] para vocábulos; e [???] para trechos. Conforme em:

- [...] deixala sem vender [*inint.*] diminguar sasim seaxase quem macomprace adinheiro ainda que fosse pormenos [...]. (BNL- Carta 10)

Realizou-se, também, o respeito ao emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original:

- [...] Amigo e *Senhor* Recebo aestimada de *Vossamerce* de 27,, do passado, eveio estar entregue, do Conhecimento de duas *Pipas* de *Agoa Ardente* e hum saco deba tatas, que o *Senhor* seu Paj¹ metinha remetido [...]. (BNL- Carta 9)

A numeração de linhas foi feita de cinco em cinco à margem direita, consoante PHPB (1998). E também se manteve a troca de linha, a disposição, tanto dos parágrafos, quanto dos cabeçalhos e assinaturas, exatamente como no original.

Vossa Merce Servo e *Criado* obrigado
 PS aqui soube *que* [inint] Felipe Nery
 Foi *para* o *Maranhã* enão
 Dice Nada em Casa
 pornão Deixar saudades 40
 Desejarei *que Vossa Merce* Su-
 pra Com amezada
 que lhedeixei. (BNL -Carta 1)

Os *corpora* selecionados foram transcritos com rigor filológico, de acordo com os parâmetros de um projeto mais amplo, o PHPB, que contribui para iluminar, pois, uma fase linguística de transição. Busca-se, pois, estabelecer *corpora* documentais da língua escrita, tendo como critério fundamental a preservação do estado da língua em que foram escritos.

Assumiu-se uma intencionalidade de mediação, para Cambraia (2007, p.30) “a meio caminho, equilibrando a manutenção de hábitos grafo-fonéticos da época e uma lição textual que seja acessível a um público contemporâneo menos técnico.”. Para Cagliari (2007) esse tipo de edição tem sido bastante útil como base para o estudo da língua.

Figura 2 – Edição Diplomático-Interpretativa.

Número de palavras: 204	Número de páginas: 1
Local: Alcantarilha –PT	Data: 8 de julho de 1793
Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa	Referencia: 137544
Destinatário: Antônio Esteves Costa	Remetente: Joaquim José Raimundo

Alcantarilha 8 de julho de 1793

Senhor Antonio Esteves Costa
 Meu amigo e *senhor* dezejolhe¹ saúde em maiores felesida²
 des servindose daminha obediensia no *que* lheprestar
 Eu costume hir todos os annos nomes de Majo 5
 aesa corte fazer surtimento³ defazendas, eeste anno não.
 tenho feito porembarasado em delegensias⁴ dehuas
 Senhores desa cidade e amigos a respeito dedividas do
 Capitam Manoel gonçalviz do Algos epello *que* sou obrigado
 emos servir tem sedo⁵ acauza dademora naminha 10
 jornada em *que* emtão havia sastifazer⁶ avossamerce eomesmo
 dise ha tempos ao Prezado Pe⁷ Ramos nosso amigo ; mas a

gora semepartisipou oes timulo devossamerce nes ta falta
 oque sinto pella sua rezaõ⁸, ea suposto não seja para vossamerce
 bom fregues, me lembro que os maõs são os que nunca 15
 pagaõ : daqui não . ha por tadores que selheposa dar de
 nheiro, erezaõ porque orezervava para quando fose, oque não po
 derei fazer senaõ : portodo omes deAgosto prosimo pellos⁹
 motivos que digo ; ecazo que vossamerce não possa sofrer esa
 de mora, comseu avizo darei asua conta aquem vossamerce de 20
 treminar¹⁰, eperdoime toda aomisaõ que nesta parte te
 nho tido, pois não penso ser pezado aosamigos que dezejo
 servir eobezequias atensioza padre devossamerce que Deus guarde
 muitos anos. De vossamerce
 Atento Criado evenerador 25
 Joaquim José Raimundo

¹ Note-se o emprego do grafema <z> pelo grafema <s>.

² Índice grafo-fonético: Note-se o emprego do grafema <i> pelo grafema <e>.

³ Índice grafo-fonético: Note-se o emprego do grafema <u> pelo grafema <o>.

⁴ Índice grafo-fonético: Note-se o emprego do grafema <e> pelo grafema <i>.

⁵ Note-se o emprego do grafema <s> pelo grafema <c>.

⁶ Note-se a metátese.

⁷ Abreviatura não desenvolvida. Pode ser Padre.

⁸ Índice grafo-fonético: Note-se o emprego do grafema <e> pelo grafema <a>.

⁹ Índice grafo-fonético: Note-se o emprego do grafema <o> pelo grafema <u>.

¹⁰ Note-se a metátese.

Fonte: BNL (Carta 3).

Na produção desta edição em meios tecnológicos e digitais, encontra-se uma dificuldade provocada pelos recursos textuais do editor de texto, como, por exemplo, hipercorreção automática de grafemas, palavras etc. O que conseqüentemente formula os possíveis erros por adição, omissão, alteração da ordem por substituição de fonema, letra, sílaba, palavra, frase, verso [...], segundo Blecua (1990), que ocorrem ao longo do processo de transmissão dos textos e que “se tornam comuns quando se transcreve um modelo cuja escrita difere daquela a que o copista está habituado.” (RONCAGLIA, 1975).

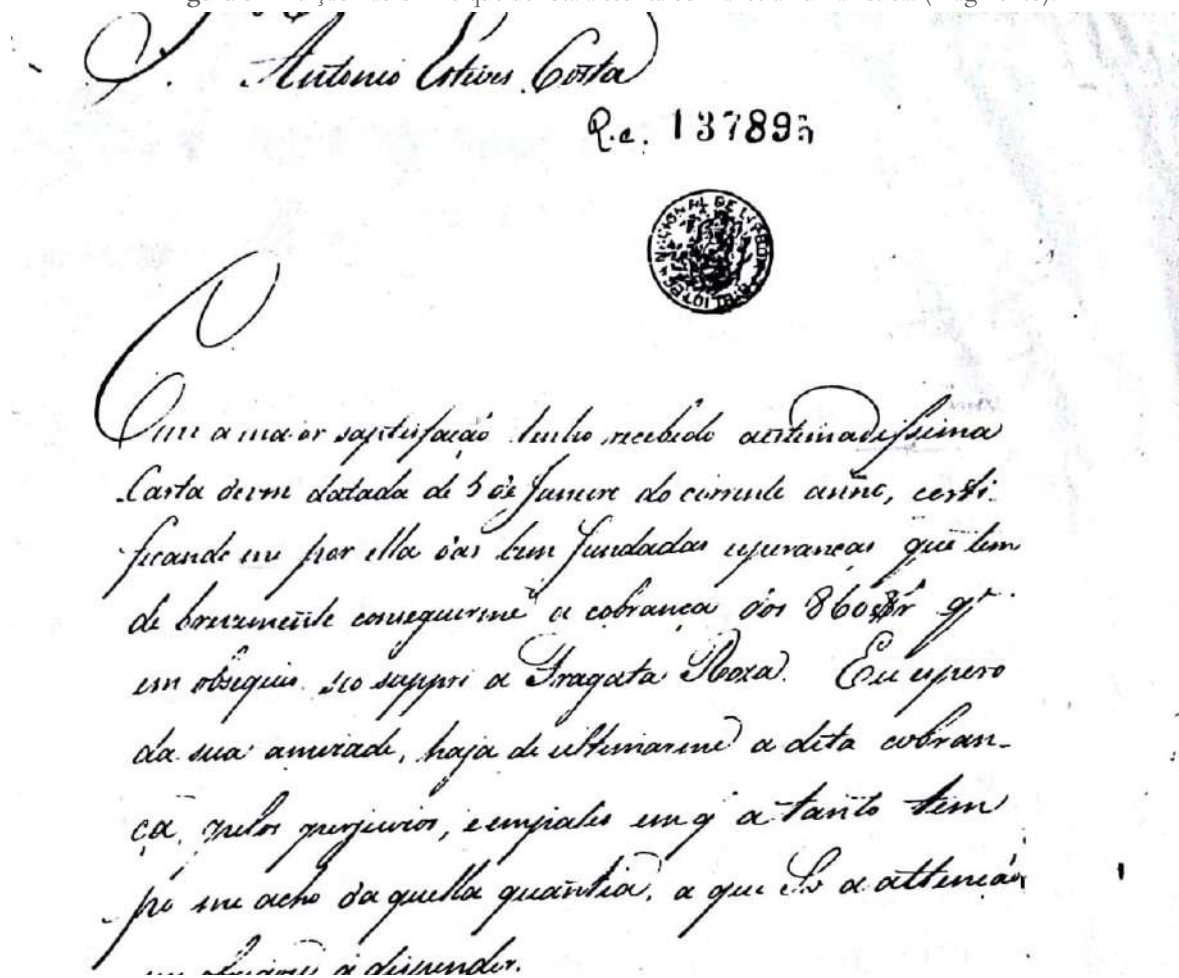
A fim de que essas variáveis não comprometessem a fidedignidade do texto realizam-se revisões de acordo com os pressupostos da Ecdótica, que se nomeia o campo de conhecimento que engloba o processo de restituição da forma genuína de um texto, mas também os procedimentos técnicos para apresentar o texto ao público (CAMBRAIA, 2005).

4. Questões paleográficas do século XVIII

Os parâmetros adotados para a análise de questões paleográficas foram “os elementos constitutivos da escrita e que se referem à estrutura dos signos: morfologia, ângulo, ductus, módulos, ligaduras e *nexus*”, propostos por Samara (2010).

Em relação à morfologia, que permite o conhecimento da letra, que nos *corpora* foi classificada como letra humanística, que começa a ser empregada em fins do século XV. Por exemplo:

Figura 3 – Edição Fac-símile que denota a escrita com a letra humanística. (Fragmento).



Fonte: BNL (Carta 4).

Ductus é a “ordem de sucessão dos traços”, o traçado do momento em que a pena toca o suporte material e segue em seus traços. “A escrita cursiva é rica em ligaduras e mais ou menos inclinada, produto da rapidez da execução dos traços” (SAMARA, 2010).

Figura 8 – Edição Fac-símile com nexos. (Fragmento).



Fonte: BNL (Carta 10).

A aplicação destes aspectos sugere a tentativa de manutenção de um suporte regrado, sem linhas visíveis, mas com a percepção de que o escrevente trabalhou com um “regramento imaginário”. No traçado, algumas letras não possuíam hastes nem cauda, restringindo-se à linha do regramento imaginário e ao limite da letra minúscula.³ A letra era corrida, traçada de um só lance, apresentando espaço entre si, com descanso das mãos nos brancos. Tendo em vista a economia do material-suporte, verifica-se a acumulação de dados e espaço reduzido.

As abreviaturas eram grafias que não apenas economizam “tempo” como ainda “espaço” no suporte e “tinta” para mancha gráfica. De acordo com o PHPB (1998), as abreviaturas classificavam-se: por siglas V^m – vossa mercê; por suspensão ou apócope – ulnmam. – ultimamente; por contração ou síncope em que se omitem letras mantidas uma no meio da palavra e as últimas, sem qualquer indicio que denuncie a omissão – . Roiz – Rodriguez; e por letra sobrescrita, que se associam as abreviaturas por contração e por suspensão.

Os três tipos mais produtivos de abreviaturas encontrados nos *corpora* foram: a abreviatura por letra sobrescrita, pois a palavra era iniciada e quando interrompida, trazia sobrescrita a última letra ou

³ Note-se o efeito da sobreposição de hastes e caudas como fator para dificuldade de leitura, associada ao emprego de abreviaturas, em partes formuladas ou não. Baseia-se nos aspectos do PHPB (1998).

as duas últimas letras: d^{as} ditas; a abreviatura por sinais especiais colocadas no início, meio ou fim das palavras, denunciando omissão de uma ou mais letras: Lx^a –Lisboa; e também a abreviatura por nota tiroriana ou taquagráfica: q – *que*.⁴

De fato, a transcrição preserva uma característica das escritas cursivas, que é a coincidência do vocábulo fonético com o vocábulo gráfico, pelo qual a pluma tendia a não ser levantada do papel enquanto não houvesse pausa fonética/ intervocabular. Trata-se, pois, de algumas características paleográficas do texto manuscrito preservadas na edição.

5. Da importância documental do gênero textual: Carta comercial no século XVIII

A expressão *gênero textual* é definida, segundo Marcuschi (2009), como realização linguística concreta caracterizada por propriedades sociocomunicativas, além disso, constitui-se de textos que cumprem funções em situações comunicativas diárias e abrange designações ilimitadas que podem ser determinadas pelo canal de vinculação, a estilística do texto, o seu conteúdo, a sua composição e sua função.

O gênero epistolar constitui-se o gênero mais importante para o estudo da história das línguas, consoante Pessoa (2002), além de ser preferido pelos muitos estudiosos diacrônicos da língua, devido a sua suposta proximidade com oralidade. O autor ressalta como interessante o estudo desse gênero, considerando a sua função em épocas distintas e seu papel no desenvolvimento de outros gêneros, pois eles surgem como resultado de transformação de gêneros anteriores através de processos mencionados por Todorov (1980, p.11, apud PESSOA, 2002, p. 197), “Um novo gênero é sempre uma transformação de um ou vários gêneros antigos: por inversão, por deslocamento, por combinação...”.

No século XVIII, consoante Pessoa (2002), a carta ganha um novo significado, passando a se constituir numa espécie de telefone da época e representa dois aspectos importantes: a habilidade de ler e escrever.

Os missivistas comunicavam o que consideravam relevante, como transações importantes, negócios em geral, pedidos de adiantamento, mas também, assuntos pessoais e sociais. Pessoa (2002) concorda que, no final do século XVIII, em alguns países europeus viveu-se uma espécie de “fome de ler” e um aumento significativo de alfabetização.

⁴ Conceitos de abreviaturas baseados nas normas do PHPB (1998).

Em Portugal, no século XVIII, Verney (1948) ressaltou a importância da redação das cartas, propondo o estudo da língua a partir delas. E ainda, ampliou a função das cartas com cartas pessoais, cartas políticas, cartas econômicas, cartas diplomáticas, cartas oficiais etc.

5.1 Da diplomática dos *corpora*

Na Diplomática, o documento caracteriza-se como algo que nos informa de algum acontecimento, podendo ser um fólio, uma pedra entalhada, uma gravação etc.

Conforme a classificação proposta por Samara (2010), os *corpora* caracterizam-se como documentos privados. O documento privado é feito por iniciativa de pessoas físicas, e neste caso mercadores, a fim de que atenda seus interesses. Da perspectiva da diplomática, os documentos podem ser classificados, observando-se a forma externa de sua Redação, agrupação realizada conforme tipos e denominações que receberam ao longo do tempo ou a natureza do documento, classificação em originais e cópias.

5.2 A carta comercial na macrocategoria dos manuscritos privados

O gênero textual epistolar sofreu mudança, pois no século XVI possui certo teor público, entretanto no século XVIII recebe um valor de documento privado. A carta em Portugal como um dos documentos ligados à Formação do Estado Português “está diretamente relacionada com a criação do tabelionato e a chancelaria, instituições básicas na formação da administração e burocracia portuguesas” (PESSOA, 2002, p. 200). A carta comercial permite que se analise não somente relações econômicas, financeiras, mas também relações de intimidade entre o remetente e destinatário.

No século XVIII, a carta serve como uma espécie de gênero, o qual as pessoas utilizam com diversas finalidades: transmitir uma informação e/ou acontecimento pessoal, comercial, social, político, econômico; e realizar um pedido. Os *corpora* apresentam como missivistas um único destinatário, o comerciante Antonio Esteves Costa, e diversos remetentes que compõe a sua rede clientelar. E, também, cabe ressaltar que os *corpora* são oriundos de diversas localidades do Brasil e da Europa.

A carta do comércio, ora em questão, se situa na macrocategoria dos manuscritos privados, que, por sua vez, pode ser desmembrada em três: administração pública, privada e pessoal. A classificação

do tipo de texto foi baseada no modo de circulação dos documentos: documentação oficial e documentação privada (fontes da administração privada e particular).

Consoante Barbosa (1999), os textos privados são mais justificáveis à realidade dos indivíduos, atraentes as situações de trocas comerciais e, portanto, mais suscetíveis às condições de toda ordem.

Dentro da macrocategoria administração privada, as missivas revelam-se com um texto menos elaborado e / ou cuidado, pois há presença de marcas de oralidade. Adota-se como marcas de oralidade, os índices grafo-fonéticos, que representam como os missivistas escreviam falavam e desconheciam convenções gramaticais de ortografia.

Figura 9 – Índice Grafo-fonéticos.

Número de palavras: 310	Número de páginas: 1
Local: Alcuve - PT	Data: 9 de março de 1798
Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa	Referência: 137784
Destinatário: Antônio Esteves Costa	Remetente: Bento Rodriguez de Banho

Senhor Antonio eesteves Costa

Alcuve 9de Marco¹ de1798

Amigoesenh²or savado¹⁰ docorente³ Ficao em-
Coína⁴ os corenta⁵ baris⁶ de azeite com 441Alque
ires de Azeite Liqueo⁷ que são cantaros 220[?] 5
emeio epode *vossamerce* mandar mãos 3 baris –
pois não da para mais que se hade pagar
aossenh⁸or Vitorino oquese gostou oano pasado
veremos em que paraõ estas contas edetudo
avisarei esepuder mandarlhe pelo moco⁹ 10
odinheiro das despezas¹⁰ quefes¹¹ com os vinhos
coando¹² foraõ para Lisboa parece que osprezi¹³
za pois eu não dou dinheiro mais doque 15
para azeria omais esta naminha maõ faca¹⁴
oquelhe parecer avizeme coando quer que
fiquem os tres baris que vierem em ceira
esequer que levem guia-----

Devossamerce sinsero¹⁵ Ami
go emuito obrigado

Hoye foraõ Bento Rodrigues de Banho 20
As eguas
Alisba¹⁶

¹ Emprego do grafema <c> pelo grafema <ç>.

² Índice grafo-fonético: emprego do grafema <v> pelo grafema .

³ Note-se o emprego do grafema <v> pelo grafema .

⁴ Moeda: Fôrma provincial. O mesmo que *seriã*, objeto como uma larga e grande frigideira de barro ou metal.

⁵ Índice grafo-fonético: emprego do grafema <c> pelo grafema <q>.

⁶ Emprego do grafema <r> pelo grafema <rr>. Barril: Unidade de metrologia variável. A equivalência vai de 25,9 kg (barril pequeno) a 240, 9 kg (barrica).

⁷ Índice grafo-fonético: emprego do grafema <e> pelo <i>.

⁸ Emprego do grafema <s> pelo grafema <ss>.

⁹ Emprego do grafema <c> pelo grafema <ç>.

¹⁰ Emprego do grafema <z> pelo grafema <s>.

¹¹ Emprego do grafema <s> pelo grafema <z>.

¹² Índice grafo-fonético: emprego do grafema <c> pelo grafema <q>.

¹³ Emprego dos grafemas <c> <s> pelo grafema <z>.

¹⁴ Emprego do grafema <c> pelo grafema <ç>.

¹⁵ Emprego do grafema <s> pelo grafema <c>.

¹⁶ <Lisba> por <Lisboa>

5.3 Sobre os missivistas

As correspondências eram feitas entre Antônio Esteves Costas e sua rede clientelar. O Remetente Antonio Esteves Costa (1764 -1837), “solteiro e sem geração”, em Lisboa, Barão e mais tarde elevado a Visconde das Pascoas, outorgados por D. Miguel, em 1831, e D. Maria II, em 1835⁵. Comendador da Ordem de Cristo e diretor do Banco de Portugal foi “opulentíssimo capitalista e proprietário em Lisboa”. Realizava atividades de mega comerciante nos três espaços econômicos: no ângulo metropolitano, luso-brasileiro e ultramarino. Nada se sabe acerca da vida pessoal, profissional dos comerciantes que trabalhavam para Antonio Esteves Costa, além do que consta nas cartas: Felipe Nery, Bento Rodrigues de Banhos, Joaquim José Raimundo, Marcelino Antonio Basto, Antonio Joze Carlos, Joaquim Manuel da Silva[?] Joze, Antonio de Souza Lobo, Joze Aires, Vicente Gomes Garella.

6. Da proposta de análise das partes constitutivas da carta

A análise das partes das cartas baseou-se na proposta de Marcotulio (2012), a qual conceituou e classificou as seções que constituem a carta e os dados representam as tradições discursivas da época, a partir do estudo das cartas do marquês do Lavradio. Tendo em vista, que as partes constitutivas do gênero epistolar variam, pois pode haver ausência de uma das partes, inversão de ordens, conforme o autor.

⁵ Informações extraídas da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira XXI.

Em relação a macroestrutura da carta propõe-se: “seção de contato inicial, núcleo da carta e seção de despedida”. Em seguida, as três macrocategorias foram analisadas minuciosamente, e como resultado obteve-se a microestrutura com as seguintes subseções, (MARCOTULIO, 2012, p. 88):

Na seção de contato inicial: Descrição do tipo de carta; nome do destinatário; título /cargo do destinatário; indicação do tempo; nome da embarcação; nome do comandante; saudação inicial; captação da benevolência. No núcleo da carta: o corpo do texto, o motivo da sua escritura. Na seção de despedida: captação da benevolência; saudação final; indicação de lugar; destinatário; assinatura.

6.1 Reconhecimento das categorias macroestruturais e microestruturais das cartas de mercadores do século XVIII

Consoante a proposta de Marcotulio (2012), observa-se primeiramente, a seção de contato inicial, haja vista que os *corpora* não estão organizados em códigos, porém apresentam um cabeçalho que contém informações sobre o destinatário (*Senhor Antonio Esteves Costa*), a localização (Pernambuco-BR, Alcuve-PT, Alcantarilha-PT, Ilha de Santiago de Cabo Verde-CV, Bissau-GN, Ferragudo-PT, Porto-PT, Setubal-PT) e a data (8 de julho de 1793; 2 de maio de 1794; 29 de janeiro, 3 de fevereiro, 6 de fevereiro, 9 de março, 9 de maio, 1 de julho, 24 de setembro, 1 de outubro de 1798; 22 de agosto de 1812). Constatou-se que apenas uma carta não obedecia a essa ordem sequencial, pois a localização e a data apareciam na seção final. Esta seção ainda se estende pelo corpo da carta e abrange a saudação inicial, em maior ocorrência como (*Amigo e Senhor*), que demonstra um nível de respeito, do remetente que se encontra inferior na hierarquia secular, no entanto, nota-se certa imediatez.

A análise da seção núcleo da carta que constitui o corpo do texto, ou seja, o motivo pelo qual o sujeito escreve a carta, conjuga-se à proposta de Spina (1994), visto que se buscavam a narrativa e o dispositivo da carta. A narrativa refere-se à história do ato; o dispositivo constitui a essência do documento, é a expressão do próprio ato. Portanto, apresentam-se todas as narrativas e os dispositivos dos *corpora*.

Dentre as fórmulas propostas por Spina (1994), “preâmbulo, notificação, narrativa e o dispositivo, e cláusulas finais” verifica-se como resultado, a fórmula *narrativa e dispositivo*, em todos *corpora*, ou seja, nas 11 cartas. Julga-se que há uma interseção entre a narrativa e dispositivo, uma vez que se relacionam e não seguem uma ordem sistemática.

Nessa perspectiva, debruçou-se para a análise minuciosa das narrativas e dispositivos nas onze cartas, de tal forma que se soubesse quais eram as histórias narradas pelos remetentes e o que constituía as primordiais dos documentos.

Na carta 1, a narrativa começa pela menção a uma carta anterior, em que o mesmo remetente Felipe Nery já havia escrito, explicando que na viagem seguinte levaria o dinheiro do patrão. Contudo, no momento, estava em dúvida porque o comércio não estava dando lucro. Além disso, não viajaria abarrotado de caixas porque o barco não possui capacidade para tal carregamento. Em seguida, o remetente avisa que está enviando escravos para o Maranhão, porque, em Pernambuco, o comércio de escravos não está rentável. O principal dispositivo deste documento é a informações sobre atitudes do remetente diante das circunstâncias narradas.

Na carta 2, a narrativa trata-se do relato do remetente Bento Rodrigues Banhos sobre a chegada de uma mulher com uma menina, sem o marido, que tinham sido despejados. A mulher e o marido já haviam conversado com o destinatário Antonio Esteves Costa sobre sua chegada, contudo Banhos não sabia qual função a mulher iria exercer ali. No entanto, Banhos recebeu-as, pois o senhor Vitorino, um cliente e amigo de Costa, afirmou que a hospedagem era da vontade de Costa. Ele acrescenta que o senhor Vitorino pagou o dízimo e ficou sem dinheiro para pagar a dívida. Banhos espera que Costa venha sem falta para acertar as pendências como deve ser. A essência desse documento se refere à intenção de Banhos em reforçar a vinda do patrão Costa e ao mesmo tempo mostrar sua lealdade, eficiência.

A narrativa da carta 3 consiste na comunicação sobre a impossibilidade de cobrança de impostos aos clientes, no mês de maio, porquanto o remetente Joaquim José Raimundo encontra-se embaraçado, principalmente ao cobrar dívidas do Capitão Manoel Gonçalves Algos. Logo, Raimundo justifica a demora da cobrança dizendo que o capitão comentou com o padre Ramos que pagaria a dívida, mas ao final não pagou. Raimundo demonstra sua tristeza e acredita não está sendo um bom funcionário, pois ficou omissivo por três meses. A intenção dele é comunicar tudo e pedir que o patrão aguarde, caso contrário, ele renunciará para que outro funcionário possa cobrar os impostos.

A história da carta 4 compreende inicialmente, a menção à carta do destinatário Costa que certificava esperanças ao remetente Marcelino Antonio Basto de conseguir pagar sua dívida. Basto pede que Costa cubra todos os prejuízos e empates relativos ao tempo da dívida. Além disso, informa que deu patentes para dois protegidos de Costa.

A carta 5 apresenta, também, a menção de uma carta enviada por Costa, na qual ele pedia dinheiro. O remetente Antonio Joze Carlos justifica que não pode enviar o dinheiro porque necessitou comprar mantimentos para os escravos que seriam vendidos para o Senhor Carbone e

Senhor Fonçeca. No entanto, ele afirma que irá pagar a dívida dos empréstimos quando a próxima embarcação vier.

Na carta 6, o remetente Bento Rodrigues de Banho presta contas dos tonéis de vinho e da quantidade produzida. Logo, pede dinheiro justificando que precisa pagar os tanoeiros que consertaram os tonéis, como também a conta das encomendas que mandou em agosto com intuito de abonar as contas.

O remetente Bento Rodrigues de Banho, na carta 7, explica como tem manipulado os barris de azeite. Ele pede mais três barris, justificando que a quantidade de barris não é suficiente para o senhor Vitorino, que gostou muito dos azeites. Ele conclui afirmando que avisará o patrão de tudo, inclusive do dinheiro dos gastos com os vinhos quando forem para Lisboa.

A narrativa da carta 8 inicia-se com a alusão a 3 cartas enviadas pelo remetente Joaquim Manoel da Silva, que não foram respondidas por Costa. Dessa forma, Silva informa que o Joaquim da Roza saiu há 8 dias levando a conta do sumagre e das amêndoas. Posteriormente ele diz que todos estão ocupadíssimos com um navio inglês que partia de Gilbratar para Londres, e que foi preso pelos espanhóis.

Na carta 9, a história abarca a menção do remetente Antonio de Souza Lobo, em relação a carta anterior, a qual tinha informado sobre o conhecimento de 880 litros de água ardente e um saco de batatas que o pai dele havia remetido a Costa. Lobo sente muito pela notícia da perda de vinhos, que Costa havia escrito na sua carta. Lobo promete que, esse ano, a qualidade dos vinhos melhorará e, caso Costa não goste, que dê novas ordens.

A narrativa da carta 10 informa sobre as mercadorias que foram embarcadas no navio: 5 caixas de açúcar, 6 caixas de algodão e sobre a circunstância que os clientes não querem pagar com dinheiro, mas com títulos ou fiado. O alvo seria informar sobre as mercadorias embarcadas, as formas de pagamento dos clientes e o retorno do remetente Joze Aires para Lisboa.

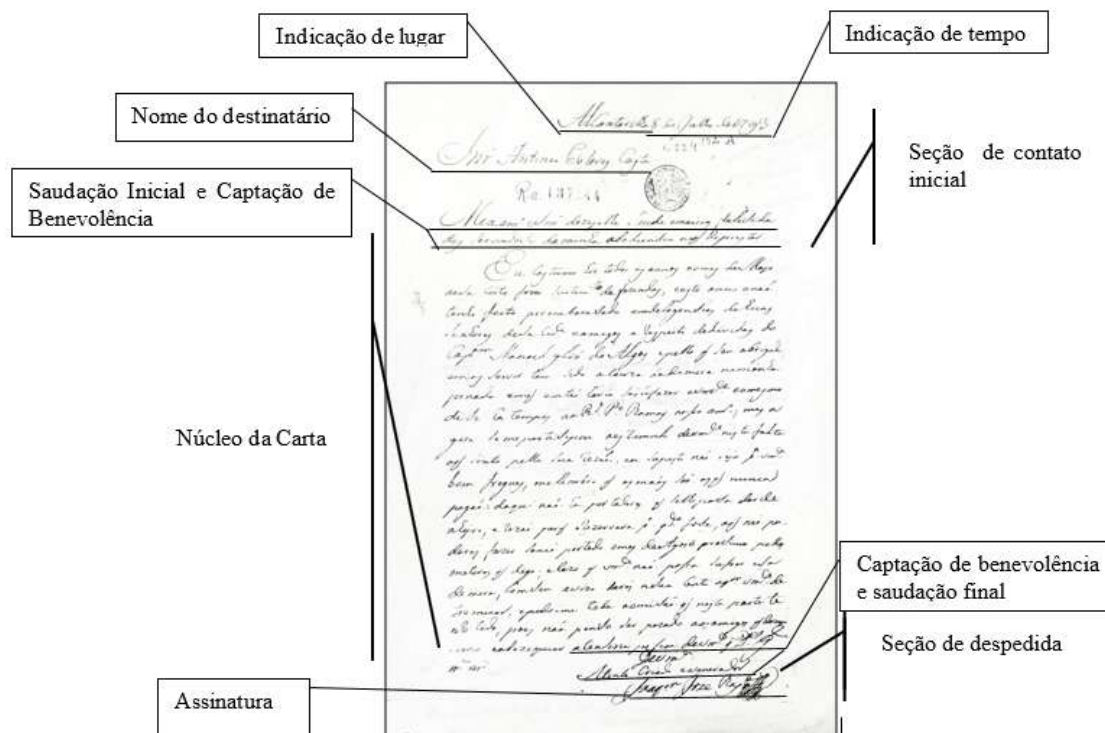
Por fim na carta 11, a história constitui-se da confirmação do recebimento da carta de Costa, por Vicente Gomes Parrella, que conta como Ignacio, um cliente, chegou agoniado por não ter o dinheiro para pagar as frutas que tinha comprado. Esse cliente reclamou da recomendação de Parrella a Costa, acrescentando que ele mesmo poderia ter vendido seus queijos, já que Costa só lhe pagou o preço de 3 caixas de queijo, quando deveria pagar o preço de 40 caixas. Parrella informa também a Costa que deve pagar a João Teixeira de Barros. O centro desse texto é informar as dívidas que o destinatário tem de pagar.

Conclui-se a partir dessa análise do “teor diplomático do documento” (SPINA, 1994) que todas as cartas possuem narrativas e dispositivos que se envolvem e constituem objetos de temáticas

parecidas. A análise foi parcial, uma vez que não se tem conhecimento dos documentos mencionados, que poderiam auxiliar na compreensão e interpretação dos caracteres internos do texto.

Em relação a análise da parte final da carta, retoma-se a proposta de Marcotulio (2012), “seção de despedida”, na qual observa-se a saudação final, com uma variação de formas: (Devossa merce, *Muito Seu*Venerador e e*Criado*), e também com a assinatura dos remetentes.

Figura 10: Partes constitutivas do gênero epistolar: cartas ao AEC.



Fonte: BNL (Carta 3)

6.2 Sobre as temáticas nas cartas dos mercadores

Diante das dificuldades encontradas para determinar possíveis contextos, algumas temáticas foram compreendidas e extraídas dos documentos para que pudessem a *posteriori* contribuir para pesquisas sociais, filológicas, históricas e culturais dos documentos.

Os textos constituem produções socio-históricas e culturais que revelam costumes, concepções de determinado grupo em uma dada época. “Já se tornou trivial a ideia de que os gêneros são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia.” (MARCUSCHI, 2002). Desta perspectiva depreenderam-se as temáticas das sequências linguísticas:

Evidência do acentuado tráfico negreiro:

- [...] não tenho Vendido athe Hoje senão - 108 Escravos equazi⁴ todos agente Mi uda [...]Logo atras deMim chegaraõ 3 embarçaõis⁵ Com1200 e athe daBahi a tem Vindo Minas *que* aqui Saõ os Milhores⁶ [...]. (Carta 1)

Assuntos pessoais:

- [...] aqui chegou Amulher ehuamenina emarido naõ. sei os ayustes que fizeraõ pois omarido naõmeti- nhaõ dito nada enaõ sei emqueo quer ocupa pois bem saue¹ que disto pouco sauera nada [...]. (Carta 2)

Pedido de adiantamento:

- [...] facame fabor deme reme ter algum dinheiro para pa- gar a dezima eacapela pois paguei aceifa do trigo efiquei sem dinheiro [...]. (Carta 7)

Confissões de suas expectativas comerciais:

- [...]tenho feito porembasado emdelegencias⁴ dehuas Senhores desa cidade eamigos a respeito dedividas do Capitam Manoel gonçalviz doAlgos epello *que* souobrigado emos servir tem sedo⁵ acauza dademora naminha jornada em*que* então havia sastifazer⁶ [...] ecazo *que* *vossamerce* naõ possa sofrer⁹ esa de mora, comseu avizo darei asua conta aquem *vossamerce* de treminar¹⁰ [...]. (Carta 3)
- [...] Porem com avinda dos Socios Liquidaremos as nossas Contas pois depois da Escritura e Contas feitas seceguiraõ³ mais algumas despezas de, *que* eu estou para imbolçar⁴ [...]. (Carta 5)
- [...] Sinto *muito* anoticia *que* *Vossamerce* me dá, de não achar, os ditos *Vinhos* asua satisfação, procede , isto de o anno passado , os não refrescar com o*Vinho* novo , pela qualidade ser *muito* infrior⁴, o *que* me não hade suceder este anno, etambem por *que* aqualidade seespe ra *muito* melhor⁵ [...].(Carta 9)

Alguns produtos comercializados:

- [...]colhemos 18 tones devinho eduas pipas queme parece hade ver especial [...]Ficao em-Coina os corenta⁴ baris de azeite com 441Alque ires de Azeite Liqueado que saõ cântaros 220[?] [...].” (Carta 6)

- [...]nele carregamos as fazendas denossa esua conta como já lhetemos avizado [...]esupomos tenha chegado ahessa asalvamento aqui achará vossamerce aconta do pezo¹ dosumagre eA mendoas que omesmo levou [...]. (Carta 8)
- [...]eveio estar emtregue, do Conhecimento de duas Pipas deAgoa Ardente ehum saco deba tatas [...]. (Carta 9)
- [...] e mais mas 3 caxas de asucar e6caxas dealgodao empluma que eu tenho carregado [...]. (Carta 1)
- [...] Ignacio Jozé deCarvalho, que chegou bastante ag oniado por não trazer dinheiro para Satisfazer asfrutas que ele aqui tinha comprado[...].(Carta 11)

Conclui-se que nos *corpora*, existem temáticas diversas que não se resumem apenas a um pedido, mas que assumem variadas intencionalidades e, por assim, revelam-se pensamentos/ ações de acordo com a época.

7. Das mãos hábeis e inábeis

Os *corpora* da pesquisa resultam de manuscritos autógrafos produzidos por mãos inábeis e hábeis. Castro (2013), ao tratar dos tipos textuais relevantes para o conhecimento do português de setecentos, ressalta: “os autógrafos dos escritores, e mais ainda os dos inábeis, contêm dados linguísticos não normalizados, interessantes por revelarem insuspeitas dimensões da variação linguística”. Constata-se a importância desse tipo textual, ainda que a investigação ocorra de forma direta ao objeto escrito, de modo a contrastar soluções gráficas e convenções.

Consoante Marquilhas (2000), a observância das mãos inábeis ocorre “em situações de comunicação manuscrita”. Desse modo, em seu trabalho, a autora suscitou que os vestígios nas provas judiciais arquivadas pelos promotores da Inquisição podiam ser materiais produzidos pelos “indivíduos poucos familiarizados com a língua escrita”, mas que ao mesmo tempo buscavam argumentos que comprovassem sua inocência e que promovessem sua liberdade. Existe também a necessidade de se considerar que esses indivíduos estavam sob “pressão das circunstâncias”. No capítulo 1, a autora expôs os fatores externos à escrita que configuram esses indivíduos como redatores materiais de alguns dos textos arquivados. Para Castro (2013), os textos dos inábeis são originais de semiletrados que por alguma circunstância sobreviveram.

Marquilhas (2000) se preocupou com a caracterização *interna* das produções gráficas desses indivíduos nesse contexto. E por isto, a autora buscou descrever as propriedades, designar esses autores materiais e sistematizar propriedades dos manuscritos que correspondem aos Cadernos do promotor

com base na proposta de Claire Blanche- Benveniste, que refere- se aos autores classificados como mãos inábeis enquanto “falantes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita”.

A observância das informações linguísticas nos textos de mãos inábeis, consoante Blanche Benveniste (1942, p.61):

Podem ser sistematizadas por divergirem das mãos habilmente funcionais em três principais aspectos: a correspondência geral entre língua oral e língua escrita (que parte ou subparte da língua pode ser escrita); o conceito de unidade de língua escrita (o que é uma escrita, o que é uma frase escrita); os usos da língua escrita.

A autora concluiu que o acesso à escrita (acesso comunitário, acesso individual) não significa transposição gráfica da oralidade, mas significa mudança na representação (ou consciência) global da língua.


Da caracterização da inabilidade nos *corpora*

A caracterização da inabilidade segue de acordo com as particularidades consolidadas por Marquilhas (2000, p. 236):

traçado muito inseguro; incapacidade de alinhar perfeitamente as letras num regramento ideal; tendência para conferir às mesmas letras uma aparência desenquadrada; uso de módulo grande; recurso a letras do alfabeto maiúsculo, mesmo em interior de palavra; ausência quase total de abreviaturas e elementos de ligação; rigidez e falta de leveza do conjunto; irregularidade da empaginação; letras monolíticas.

A partir da caracterização da inabilidade proposta por Marquilhas, analisa-se as características físicas e gráficas dos *corpora*. Tendo em mente que a presença delas não é cumulativa, nem equilibrada, a investigação deu-se em cada manuscrito, minuciosamente, entretanto, em seguida, realizou-se um agrupamento das características de inabilidade e de habilidade. Como observa adiante:

Figura 11 – Fac-símile de uma carta de mão inábil.

0 224 157
 J. Antonio esteves Costa - 
 CUMPRÁ Alcure 9 de Marco de 1796
 R. 137984

Amigo es: savado 10 do corrente ficou em
 coima os corenta bari de azeite com 4 m. Alque
 ires de azeite liquedo que são cantaro 220
 emelo e pode v: ce mandar mais 3 bari -
 pois não da para mais que se hade pagar
 aos: vitorino o que se gastou o ano pasado
 veremos em que paraõ estas contay e de tudo
 avizarei e se puder mandarhe pelo moço
 o dinheiro das despezas que fez com os c:inhos
 coando fraõ para Lisboa parece que os prez:ri
 za pois eu não dou dinheiro mais do que
 para azeria o mais esta naminha mão. faca
 o que lhe parecer avizeme coando quer que
 fiquem os tres bari que vierem em coima
 e se quer que leve a guia -

hoje forão
 as aguas
 alta

De v: m. sinsero Ami:
 go emuito obrigado
 Bento Roiz de ~~...~~

Fonte: BNL (Carta 7)

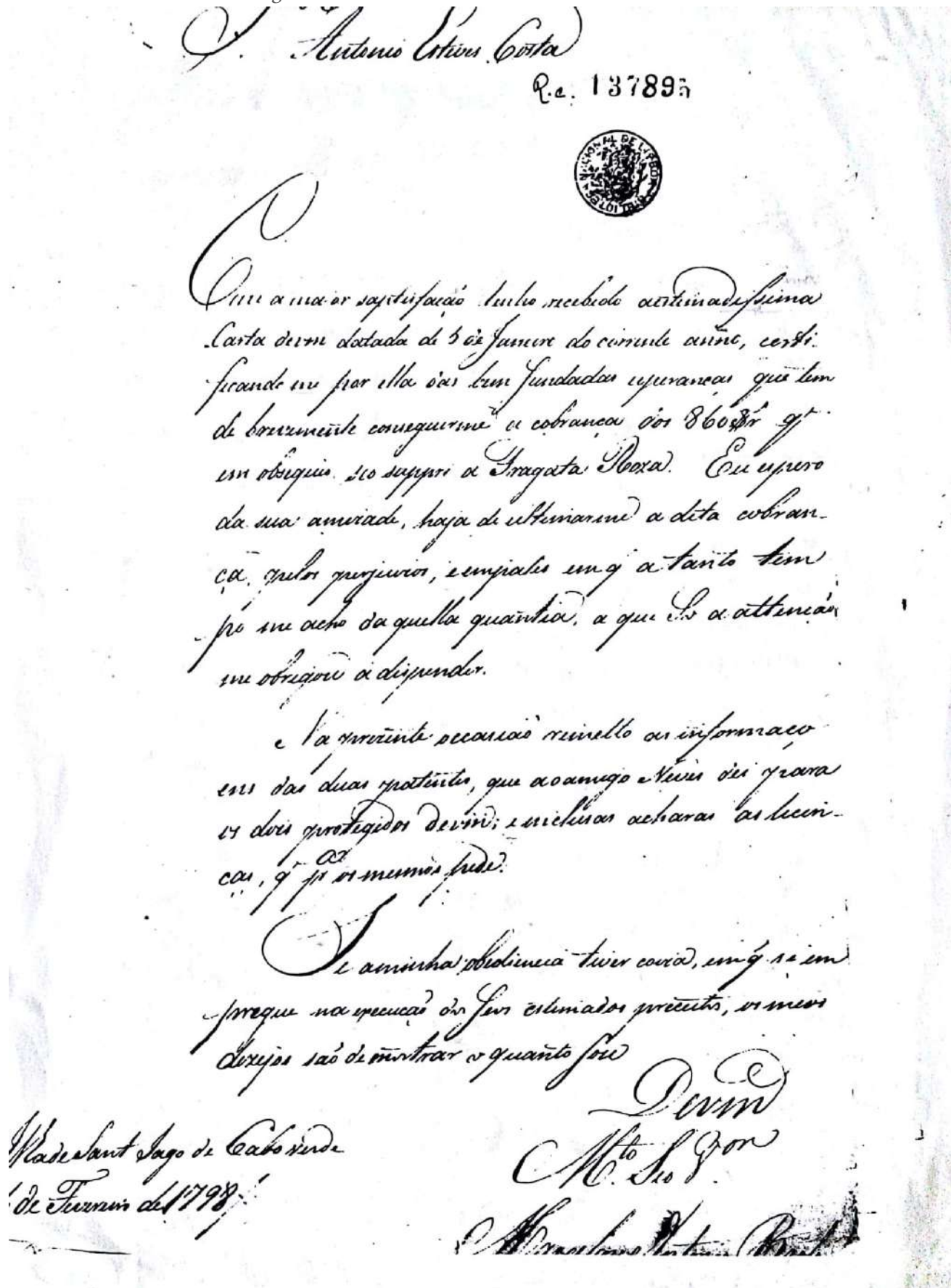
No manuscrito 7, o missivista tentou em certa medida respeitar o pautado mental em relação à margem direita, porém percebe-se que algumas linhas estão desalinhadas verticalmente e horizontalmente, pois começa a escrita em uma dimensão e ao longo da linha vai mudando.

Observa-se o uso do módulo grande ao longo da carta e a tinta espessa, com marcas de falta de leveza do conjunto. Presença de poucas abreviaturas: (“S^r”, “vm. ^{ce}”, “Rois.”), tentativa de desenvolvimento máximo de palavras e elementos de ligação. Há uma tentativa de combinar grafemas em contexto inicial, medial e final, por exemplo, do grafema <s>.

Nos manuscritos 1, 2, 5, 6, 8 e 10, os missivistas são classificados como mãos inábeis, pois apresentam características de inabilidade. As características mais relevantes apresentam variações, como, por exemplo, o traçado possui um contínuo de insegurança, a tentativa de um regramento pode ser bem-sucedida ou não nos parágrafos de uma mesma carta. Os alinhamentos horizontal e vertical podem ser concomitantes. O módulo variou em três dimensões: pequeno, médio e grande. As abreviaturas não foram utilizadas na mesma frequência e forma, porque alguns missivistas abreviavam pronomes, nomes, nomes próprios, enquanto outros abreviavam palavras mais corriqueiras como “senhor” e o pronome “que”.

Determinados documentos apresentaram alguma leveza do conjunto, como também alografia combinatória entre dois ou três contextos inicial, medial e final. Os missivistas mãos inábeis não usavam letras maiúsculas no interior de palavra, apenas no início de palavras.

Figura 12 – Fac-símile de uma carta de mão hábil.



Fonte: BNL (Carta 4)

O manuscrito 4 foi escrito por um missivista mão hábil. Pode-se tecer essa conclusão a partir da comparação com as características das mãos inábeis que, certamente, as mãos hábeis não possuem. O traçado é bem seguro, com um regramento ideal em relação a ambas as margens, o módulo utilizado é o pequeno, há presença de abreviaturas de nomes, pronomes (“ m.^{to} v.^{or}”) e espaçamento entre palavras, percebe-se uma leveza da pena no papel, as margens bem proporcionais e alografia combinatória nos contexto inicial medial e final como <s>.

Nos manuscritos 3, 9 e 11, verifica-se a variação no módulo inicial, medial e final para que haja um regramento perfeito das margens, entretanto, o módulo permanece pequeno comparado aos mãos inábeis. Além disso, observa-se a leveza do conjunto e a alografia combinatória, bem como a utilização de abreviaturas de nomes, nomes próprios, pronomes de diversos tipos: (Joaq.^m; am.^o)

Destaca-se, portanto, que os produtos autografados por “mãos inábeis”, não sendo produzidos canonicamente revelam-se oportunos para a captação da variação linguística em realizações grafo-fonéticas flutuantes, conforme Castro (2013).

Considerações Finais

Conclui-se que o estudo do português setecentista pode se comparado ao estabelecimento de um itinerário de pesquisa ainda de pouca predileção, que apresenta certas dificuldades de se encontrar *corpora* e referência teórica específica, tendo em vista a preferência pelas fases arcaica e moderna. Os estudos diacrônicos sobre a época necessitam de *corpora* textuais bem constituídos, como a fonte documental não literária, carta de mercadores, em edições criteriosas, como a edição diplomático-interpretativa. Verifica-se que os modelos/fórmulas de escritura nos textos têm certa flexibilidade e podem ser conjugados aos mais variados métodos de análise.

A inabilidade dos missivistas caracteriza-se pela presença de algumas características paleográficas, no entanto, essas características não são fixas, podendo variar.

O avanço da pesquisa pode oferecer maiores conhecimentos a respeito de fenômenos de variação nas duas normas nacionais: português de Portugal e português brasileiro, como também de outras regiões.

Em outras fases da pesquisa, almeja-se a ampliação dos *corpora*, de modo que se abarque outra fonte textual, segundo Castro (2013), em seu contexto histórico: os escritos de natureza metalinguística, a fim de que se estabeleça uma investigação sobre a relação entre suas convergências e divergências, bem como sobre a relação entre norma subjetiva (gramatical) e objetiva (a dos textos manuscritos). Busca-se verificar a manifestação de Tradições Discursivas, modelos/fórmulas de

escritura, nos textos, analisar fenômenos linguísticos que possam contribuir para o conhecimento linguístico dessa fase obscura da língua portuguesa.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de et al (Org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes, 2007. p. 483-498.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. **Para uma História do Português Colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves . O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em corpora histórico diacrônicos. **Revista da ABRALIN**, v.16, n.2, p. 19-43, 2017.
- BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica: História Interna das Línguas Românicas**, v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- BECHARA, Evanildo. **Para o conhecimento da língua portuguesa no século XVIII: os comentários de Francisco Dias Gomes**. In: Para Segismundo Spina: língua, filologia, literatura. São Paulo: Edusp/Iluminuras, 1995. p.39-50.
- BLANCHE-BENVENISTE, Claire. **Estudios lingüísticos sobre la relación entre oralidad y escritura**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1998.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728**. 8 v. Disponível em: < www.brasiliana.usp >. Acesso em: 10 de agosto de 2017.
- CAGLIARI, Gladis Massini. **Cancioneiros medievais galego-portugueses**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- Cambraia, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CALLOU, Dinah. O ensino de língua portuguesa e a norma padrão. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Morfossintaxe e ensino do português: reflexões e propostas**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004, p. 11-26.
- CASTRO, Ivo *et alii*. **Curso de História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

- CASTRO, Ivo. Formação da língua portuguesa. In.: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et alii*. **Gramática do Português**. Coimbra: F. Calouste Gulbenkian, 2013, p. 7-14.
- CASTRO, Ivo. Para uma história do português clássico. In: **Actas do congresso internacional sobre o português**. Lisboa, Colibri/ APL, 1996. v. II, p. 135-150.
- DELL'ISOLA, R.Lúcia Péret. **Leitura: inferência e contexto sociocultural**. Belo Horizonte: Saraiva, 2001.
- GALVES, Charlotte. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In.: CASTILHO, Ataliba T. de et alii (Orgs.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo: FAPESP, Campinas: Pontes, 2007. p. 513- 528.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In.: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-63.
- MARQUILHAS, Rita. **Norma gráfica setecentista: do autógrafo ao impresso**. Lisboa: INIC/ Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1991.
- MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras**. Lisboa: IN_CM, 2000. p.234 - 241.
- MARCOTULIO, Leornado Lennertz. **Língua e história: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias lingüísticas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ítaca, 2010.
- MIRA MATEUS, M. H. et alii. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2006.
- ANDRADE, Maria Cecília Jurado de. Paleografia. In.: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Paleografia, documentação e metodologia histórica**. CEDHAL Cursos e eventos Nova Série, n. 5, São Paulo, 2010.
- SPINA, S. **Introdução à edótica**. 2. Ed. rev. e aum. São Paulo: Ars Poética/Edusp, 1994.
- PESSOA, Marlos de Barros. Da carta a outros gêneros. In.: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinnah. **Para a história do português brasileiro**. Rio de Janeiro: Fac. de Letras da UFRJ/FAPERJ, 2002.